

A CAPTURA DE NOVOS SENTIDOS NA HISTÓRIA - GÊNERO E ETNIA

Elaine Rocha*

Resumo: O artigo aborda a questão do gênero e etnia nos estudos históricos, a partir de uma breve trajetória desses estudos no Brasil. Discute questões metodológicas como a interdisciplinaridade e a contribuição de áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia e a literatura nos estudos históricos e as fontes diversificadas disponíveis para esta pesquisa. Refere-se ainda à representação dos papéis sexuais como elementos importantes na história social.

Palavras-chave. gênero, etnia, micro-história, representação, imigrantes, índios, negros.

Abstract: This article analyzes the issue of ethnicity and gender in historical studies, with a brief description of these studies in Brazil, and discusses methodological questions such as the interdisciplinary approach and the contribution of special areas such as anthropology, sociology and literature to our understanding of historical studies, and the different sources available for this research. Furthermore, it touches on the representation of sexual roles as important elements in social history.

Keywords. gender, ethnicity, micro-history, representation, immigrants, Indians, Negroes.

Um século de História como disciplina de pesquisa foi o suficiente para a decomposição de alguns ícones da sociedade cristã ocidental, segundo os quais vivíamos em um mundo cuja História era uma trajetória única, linear e progressiva, marcada por etapas de desenvolvimento e composta por **personagens neutros** ou **a-históricos**, superados por homens de caráter extraordinário que compunham a História e deveriam dominar os **outros** para o bem da civilização humana.

Nesses últimos cem anos, esses **outros** fizeram um barulho suficiente para ameaçar a ordem que os excluía a ponto de impor questões aos investigadores sociais que deveriam ser consideradas seriamente sob o risco de - com a manutenção do *status* de neutralidade de mais de dois terços da humanidade - se estar produzindo ficção no lugar de saber.

A historiografia, neste limiar de um novo século, tem sido chamada a romper com os moldes da filosofia europeia judaico-cristã para responder

*Doutoranda pela USP e pesquisadora do CEDHAL (rochafisher@hotmail.com).

questões específicas das sociedades humanas que, por muito tempo, permaneceram submersas sob o ícone da História Universal e outras categorias generalizantes e reducionistas que pretendiam sintetizar a aventura humana na Terra, e que se caracterizavam por eleger como personagem principal o macho branco, europeu e burguês.

Confrontados por problemas como as guerras, a descolonização, o crescimento demográfico e as mudanças nos mercados de trabalho, historiadores de diferentes países constataram a ruptura de esquemas estáveis de análises e abordagens históricas, mas, sobretudo, constataram a ruptura do modelo a partir do qual a História se constituiu: o modelo eurocêntrico de sociedades civilizadas e colonialistas.

O colonialismo na História começou a ruir com as teorias marxistas, que trouxeram à luz novos personagens, sob o título de **proletariado**, e ofuscaram a perspectiva triunfalista de uma História positivista que se pretendia neutra, estabelecendo para sempre a dialética nos anais da teoria.

As guerras mundiais, o controle das epidemias, os levantes das colônias africanas e asiáticas, a entrada em massa das mulheres nos mercados de trabalho, o anticoncepcional, a expansão do ensino público e as novas características da economia mundial, por sua vez, resultaram em novos questionamentos sócio-políticos que repercutiram dentro das academias e que fizeram avançar ainda mais a pesquisa histórica.

De fato, já no início da década de 50, o mundo constatava as conseqüências dos acontecimentos naquela primeira metade do século, como o grande fluxo migratório entre a Europa-América e Ásia-América e suas múltiplas influências culturais, além da pressão econômica, os genocídios e as questões raciais que vieram à tona com a descolonização da África e a política nazista, sem esquecer o questionamento das políticas internas de países americanos quanto a imigrantes, índios e negros, e a emergência intelectual e profissional de mulheres que após os anos de guerra e de reconstrução de nações, nos quais constituíram uma força efetiva, não se conformaram em voltar para seus lares ou para posições desprestigiadas pelo mundo masculino. O fim das Guerras Mundiais significou, em muitos sentidos, o acirramento das revoluções.

Influenciados por esses novos tempos, alguns historiadores se inseriram nas discussões interdisciplinares que procuravam entender a trajetória de suas sociedades e os problemas nelas emergentes. Eles traziam consigo sua própria experiência histórica, de testemunhas, agentes ou mesmo vítimas de processos violentos que o mundo vinha experimentando na primeira metade do século XX e suas preocupações traziam essas marcas e

buscavam novos rumos¹. Nascia então a História Social, profundamente marcada pela sociologia e pela antropologia, que pretendia recuperar personagens históricos que até então eram invisíveis aos pesquisadores.

Partindo de questões vinculadas ao trabalho nas fábricas e ao confronto entre dominantes e dominados, ainda sob forte influência do marxismo, historiadores passaram a recuperar outras categorias, como o trabalho informal ou o trabalho no campo.

A busca de respostas para a dinâmica social levou os estudiosos à preocupação com a vida cultural, ou seja, a considerar os fatores limitantes da cultura e o significado das ações e comportamentos de determinadas sociedades num dado momento de sua trajetória.

Teoricamente, a base continuava em Marx, ampliando para as influências de Weber e outros filósofos, que desde a passagem do século XX manifestavam suas preocupações quanto à influência das tradições religiosas no destino das nações².

Dentro das universidades, o número de estudantes do sexo feminino provenientes de setores menos favorecidos da economia, ou ainda de etnias marginalizadas, começava a se ampliar durante a década de 60, pressionando pela inclusão de temas sociais e culturais, que os atingia particularmente, nos programas de pesquisa.

Paralelamente, as políticas públicas nacionais e internacionais já vinham há algum tempo demonstrando preocupações sociais, especialmente quanto a problemas raciais - que determinavam levantes bélicos - e a situação das mulheres - que afetava a estrutura social a partir das famílias e das variações nos mercados de trabalho. Isso fez com que debates fossem

¹ No intuito de exemplificar, pode-se citar historiadores como Marc Bloch e Philippe Aries que enfrentaram a ocupação nazista da França. O primeiro foi morto em combate. Ou o sociólogo Maurice Halbwachs, também desaparecido durante a guerra, seus questionamentos teórico-metodológicos que influenciaram a Nova História, a História Social e a História Cultural. O mesmo se pode dizer de Simone de Beauvoir que enfrentou a maioria masculina da academia francesa, da mesma forma que John Hope Franklin enfrentou o preconceito contra negros nos EUA. Lévi-Strauss, a partir de suas pesquisas na antropologia, coloca em xeque o eurocentrismo, ao mesmo tempo em que inúmeros outros sociólogos, historiadores e filósofos surgiram de países do Terceiro Mundo questionando o colonialismo e suas implicações econômicas, políticas e sociais.

² A importância da tradição na experiência histórica do homem pode ser encontrada em Marx, nas obras *O 18 brumário de Napoleão Bonaparte*, *A questão judaica* e *A ideologia alemã*, escrita em parceria com Engels. Também podem ser encontradas importantes alusões em Weber, notadamente em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*; a eles seguiram-se Bakunin e Gramsci.

incentivados no intuito de responder às questões emergentes e conter as desordens sociais³.

Ainda na década de 70, por exemplo, a Unesco promoveu uma ampla discussão sobre o racismo que incentivou a pesquisa sobre este fenômeno em diferentes partes do mundo durante mais de uma década.

Os resultados de levantamentos sociológicos apontavam para a necessidade de se historicizar comportamentos e relações entre raças, classes e sexos, no intuito de compreender melhor a sociedade multifacetada e seus problemas inadiáveis.

No Brasil, apesar das pesquisas elaboradas por Donald Pierson e por Florestan Fernandes na década de 60 sobre o racismo, e da repercussão dos avanços feministas nos Estados Unidos e Europa, questões sobre etnia e gênero só iriam surgir para os historiadores a partir do final dos anos 70, na esteira do ressurgimento dos movimentos sociais organizados, no crepúsculo da ditadura militar (Schwarcz & Sousa Reis: 1996).

Estudos sobre a escravidão negra e sobre as mulheres nas indústrias uniram os novos temas à temática já sedimentada do trabalho, utilizando-se ainda do materialismo histórico como premissa principal de análise e de coleta de dados⁴.

Aos poucos, novas indagações foram se incorporando e a historiografia brasileira passou a apresentar um número maior de trabalhos que dedicavam suas análises ao campo da História Social, ressaltando-se uma preocupação pela vida fora das fábricas, pelo cotidiano dos operários e não operários, pela sexualidade feminina, pelos casamentos e famílias. Neste momento, já se antecipava a vinculação das questões de gênero e etnia⁵, principalmente no que se refere a temas vinculados à imigração e condição femininas; escravidão, família e cotidiano.

³ A década de 60 foi palco da organização de setores considerados minoritários dentro da sociedade como o Movimento Feminista, o Movimento Negro nos EUA e o Movimento Hippie, que contestaram as versões oficiais sobre ordem, democracia, família e poder e influenciaram toda uma geração que, por sua vez, também assistiu às cenas da Guerra do Vietnã, à proposta comunista da China, ao movimento pela libertação da Argélia e outras colônias africanas com a participação de lideranças que estudaram nas universidades francesas e inglesas e o apoio de intelectuais europeus. É natural que todas essas mudanças no panorama mundial afetassem as universidades e a produção intelectual, como aconteceu na História.

⁴ Algumas obras elaboradas nesta linha são: (sobre escravidão) Cardoso, 1977; Costa, 1982; Mattoso, 1982; Reis, 1986; (sobre mulheres) Blanco, 1982; Leite, 1984; Stolcker, 1986; Souza-Lobo, 1991; Matos, 1996.

⁵ Muitos trabalhos têm surgido, principalmente a partir de meados da década de 80, sobre esses temas. Ressaltam-se aqui apenas uma amostra dessa produção: Dias, 1984; Kushnir, 1996; Menezes, 1992; Del Priori, 1993; Samara, 1989; Bruschini, 1990; Alaniz, 1997.

A década de 80 e o debate mundial sobre a globalização das economias, juntamente com o avanço nas tecnologias de comunicação, trouxe consigo a questão da cultura e etnicidade, insufladas pelas reivindicações de caráter étnico e nacionalista e pela nova onda de xenofobia que invadiu a Europa e os Estados Unidos, e o nacionalismo que emergiu no final da década, com a dissolução da URSS e o ressurgimento das lutas pela emancipação na Irlanda e na Espanha.

Ao colocar em xeque o racismo e a exaltação nacional, esses setores provocaram uma reação dos intelectuais que partiram para uma desconstrução dos paradigmas raciais e nacionais, enveredando-se por um novo caminho nos estudos históricos: o caminho da representação.

Parte importante da História Cultural, a representação, ou a construção e atribuição de significados encontrou suporte no desenvolvimento dos estudos da Semiótica, da Comunicação Social, na Antropologia, da Lingüística, das Teorias Literárias e na Sociologia entre tantas áreas que influenciaram a História e acabaram por ressoar entre as múltiplas indagações desse campo, na convergência entre História e cultura e na desconstrução dos papéis de gênero, reconhecidamente vinculados à cultura de uma determinada sociedade ou desta diante da sociedade rival e vice-versa.

Atualmente, as múltiplas abordagens metodológicas da História, que influenciam tanto a coleta de dados quanto a forma como são analisados, indicam uma ampliação das possibilidades de pesquisa que, ao mesmo tempo, leva a um esfacelamento da disciplina, criando-se dentro da História uma perspectiva de caleidoscópio, através do qual cada novo olhar inaugura uma visão inteiramente nova sobre um mesmo objeto.

O esfacelamento constitui uma das principais críticas ao que chamamos **novas histórias** que, segundo estudiosos mais conservadores, passou a atuar sobre minúcias - pequenas temporalidades, setores reduzidos de uma sociedade ou fatos de pouca relevância no contexto nacional ou mundial - comprometendo a apreensão do que para eles seria a **verdadeira História**, ou seja, a História de um país, do mundo, de uma grande guerra, enfim dos **grandes fatos**.

Este questionamento já estava presente em fins da década de 20 quando na França se lançava a revista de estudos históricos intitulada *Annales*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre. No início dos anos 40, Bloch escreveria que, para ele, o historiador não deveria distanciar-se de seu objeto, na intenção de melhor contemplá-lo e analisá-lo, pelo contrário, segundo sua experiência, quando se está mais próximo é que se pode observar os detalhes (Bloch: 1941).

Inaugurava-se assim a proposta do engajamento do historiador, uma situação recorrente nos estudos da História Social, que trazia no bojo das pesquisas a denúncia política e social.

Um engajamento que estaria presente quando, nos anos 70, as historiadoras feministas da França e dos Estados Unidos denunciaram a invisibilidade feminina na História e a perpetuação da marginalidade das mulheres na sociedade pela convivência de historiadores que reforçavam a sua imagem como sendo do **gênero neutro**.

Grande parte dos críticos apontou para três questões na postura dessas pesquisadoras: primeiro, a falta de objetividade científica provocada por seu envolvimento político com o objeto; segundo, pelo fracionamento da História, que poderia prejudicar a compreensão de um contexto mais amplo; por último, pela diversidade de suas fontes e paradigmas de análise, que levava essas estudiosas a transitarem por várias disciplinas.

Exatamente por esta última razão, a História de Gênero se insere no campo da micro-história, caracterizada por referências teóricas variadas e ecléticas (Levi: 1992). Isto ocorre devido à necessidade de se explicar posturas e encaminhamentos que, mesmo inserindo-se num contexto político e econômico, têm suas raízes na cultura, seja de grupo sócio-econômico (as lavadeiras de uma determinada comunidade ribeirinha, por exemplo) ou de etnias diferenciadas (as operárias italianas do início do século XX ou as negras libertas de Minas Gerais no século XIX).

Somando-se aos estudos sobre gênero e trabalho, outras áreas dos estudos de gênero vêm apontar para a necessidade de uma abordagem que cruze gênero e etnia, desde que as ciências sociais admitiram que o meio cultural no qual um grupo se insere influencia definitivamente sua compreensão do mundo e as estratégias e táticas de que vai lançar mão durante sua trajetória, seja como grupo organizado, seja como protagonista de sua própria biografia.

Considera-se, em tais estudos, que os papéis sexuais são construções culturais, determinadas pela posição dos indivíduos quanto à camada social à qual pertence e quanto à sua raça. Paralelamente, ao se tratar de relações entre grupos sociais e culturalmente diferenciados, depara-se com a necessidade de delimitar os papéis desses atores tanto dentro de seu próprio grupo quanto na visão do grupo antagonista.

Novamente são retomados pressupostos do materialismo dialético, que contemplava o proletariado ao mesmo tempo em que analisava a burguesia, ou seja, persiste a necessidade de se considerar o relacional em qualquer que seja a relação, incluindo a que se estabelece entre os gêneros de uma mesma etnia.

Seja nas narrativas de Histórias de vida, seja nos documentos oficiais ou nas leis, os papéis estabelecidos para homens e mulheres se encontram definidos como norma ou como costume, mas também será preciso considerar a origem da **construção** desses papéis, na maioria das vezes relacionada à **imagem** criada e reforçada por diferentes meios.

Neste ponto, a História tende a utilizar-se de parâmetros desenvolvidos em outras disciplinas, como a Semiótica, a Sociologia e a Antropologia, visto que o que entra em foco é a relação entre iguais e diferentes, o **outro** relacional, subjetivo e incorpóreo, mas profundamente presente na experiência humana.

Às vésperas do novo milênio, quando a globalização deixa de ser um recurso retórico e torna-se uma realidade na atividade das redes de comunicação e na transnacionalização do capital, é preciso reconhecer que a fragmentação das demandas é inevitável, que classe e raça são categorias que mesclam-se sem se dissolver uma na outra (Ianni: 1996), e que estão profundamente relacionadas às alterações e permanências no panorama mundial.

É também neste momento que aumentam as preocupações com a família, considerada célula mais importante das sociedades, e as conseqüentes indagações sobre masculino e feminino em culturas e classes diferenciadas. Considerar gênero e etnia, portanto, é algo que extrapola os estudos específicos desses segmentos, sendo muitas vezes relevante ao se analisar um determinado fato político ou econômico.

A importância, por exemplo, das mulheres paraguaias na reconstrução de seu país, após duas guerras quase consecutivas, que deixaram o país literalmente arrasado e diminuíram sensivelmente a população masculina, deve ser considerada mesmo em estudos políticos ou econômicos, ressaltando-se os papéis diferenciados das mulheres indígenas e das brancas. (Moby: 1995).

Sobre o Brasil, inúmeros estudos têm focalizado as mulheres inseridas em grupos étnicos diferenciados, lançando luzes sobre trajetórias muitas vezes imprescindíveis dentro de um determinado contexto, mas que foram ignoradas ou negligenciadas por historiadores.

É possível destacar o estudo sobre as mulheres de origem judia, especificamente as oriundas da Polônia ou países eslavos, conhecidas no Brasil como **as polacas**, mulheres prostituídas na primeira metade deste século e que figuraram em crônicas policiais da época e até os dias atuais estão em obras literárias, músicas, pinturas, etc.

Recentemente, a história dessas mulheres vem sendo recuperada, ressurgem nomes, associações de ajuda mútua, as relações delas com as comunidades judia e não-judia, suas expectativas, as estratégias de organização, de sobrevivência e de manutenção da identidade cultural, em estudos que

revelam mais do que a vida de personagens até pouco tempo considerados sem-história, abrangendo a sociedade urbana de uma determinada época, vista sob a perspectiva das contravenções e da marginalidade (Kushnir: 1996).

As abordagens sobre gênero e etnia, nos últimos anos, têm seguido uma tendência de superação dos papéis de vítimas ou heróis, presentes em períodos anteriores nos quais imigrantes, negros, índios e trabalhadores em geral eram considerados heróis ou vítimas, muitas vezes reforçando-se o discurso elitista e noutras simplesmente invertendo-o.

A vantagem da ampliação das fontes, propiciada, por sua vez, pela ampliação do referencial teórico, é a possibilidade de se focar tais personagens sob diferentes ângulos, escapando à polarização bom-mau, herói-vítima, dominante-dominado.

O resgate das relações cotidianas trouxe à História o benefício da humanização dos personagens e o enriquecimento da trama que envolve diferentes figuras humanas em diferentes papéis. Abandonando o ranço das denúncias, os historiadores agora vêm buscando possíveis recomposições das experiências de homens e mulheres, tecendo influências e desdobramentos sem se prender à linearidade.

De fato, categorias como gênero e etnia estão entre aquelas que questionam a história linear e progressista, rompendo com a segmentação entre passado e presente, posto que não há limite claro entre os tempos quando se trata de heranças culturais.

Estudar experiências de homens e mulheres corresponde a desvendar temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontínuos (Matos: 1998), ao lado de circularidades e retornos. Essas diferentes concepções de tempo não são aberrações nem mesmo para a física, que antes mesmo das ciências humanas havia apontado para a relatividade.

Quando se trata de recuperar aspectos da vida diária de um determinado grupo social, os papéis masculinos e femininos devem aparecer claramente delimitados, como de fato são até os dias de hoje. Trabalhos que falam sobre o trabalho escravo de maneira generalizante, por exemplo, omitem e negligenciam o papel da mulher negra e indígena na sociedade escravista, contribuindo para uma massificação desses grupos.

Este risco vem diminuindo à medida que surgem novas pesquisas sobre a família escrava, sobre a escravidão indígena, sobre a solidariedade nas sociedades escravistas. No caso brasileiro, persiste uma carência em estudos deste tipo, exceção das pesquisas sobre a família escrava negra, que têm avançado muito, graças à preciosa ajuda da demografia histórica.

Camufladas num universo de escravos cujo discurso misógino pouco as considerava, as mulheres negras - a exceção da obra de Gilberto Freyre -

vinham à cena mais na literatura do que como personagens históricos até um período bem recente.

Hoje elas surgem em cena como aliadas na resistência à violência, protagonistas na negociação e na sobrevivência; são negras de tabuleiro, mucamas, prostitutas, feitiçeras, mães e amas, escravizadas e chefes de domicílio cujos nomes encontram-se nos testamentos (como parte do espólio e como proprietárias), nos processos eclesiais, nos registros policiais e nas disputas de tutelas.

Paralelamente, os homens negros tomam parte de novas cenas além da compra, venda e transferência de mão-de-obra escrava: são ambulantes, soldados, membros de irmandades, pais e maridos, rebeldes e aliados. Recupera-se assim a humanidade dessas pessoas, que quase cem anos após a abolição da escravidão continuavam a ser consideradas como **peças**⁶.

Em se tratando de gênero e etnia nas relações entre brancos e índios, ou mesmo no âmbito interno das sociedades indígenas, há que se reconhecer uma enorme carência de estudos dentro da História, que se deve a múltiplas indagações que só começaram a ser respondidas muito recentemente. Entre elas, a principal era a dúvida que pairava a respeito da historicidade das sociedades indígenas.

As Universidades brasileiras haviam relegado os estudos sobre sociedades indígenas às áreas de Etnologia/Antropologia, sob o discurso da ausência de fontes históricas para fundamentar tais pesquisas, questão que se complicava na constatação de uma outra temporalidade entre índios, o que dificultava inclusive as narrativas orais.

Desde os anos 60, Claude Lévi-Strauss já insistia na possibilidade desses estudos dentro da História e mesmo na sua necessidade, questionando os parâmetros de linearidade e progressividade da sociedade ocidental, apoiado pelos estudos de outros etnólogos⁷.

⁶ Entre os principais autores que dedicam-se aos novos estudos sobre afro-descendentes no Brasil, destacando os papéis de gênero, temos: Scarano, 1994; Mattoso, 1990; Dias, 1984; Graham, 1992; Mott, 1993. Essas algumas das obras publicadas, além das inúmeras Dissertações e Teses que estão sendo elaboradas nas Universidades nos últimos dez anos e que mantêm essa preocupação.

⁷ Lévi-Strauss é considerado uma referência não apenas para os estudos sobre a historicidade de povos indígenas como sobre as representações e suas influências na história, quando se trata de sociedades tribais (negros ou índios). A ele somaram-se outros autores que dedicaram-se aos estudos sobre a temporalidade, as representações, os mitos e as mudanças e repetições dentro de tais sociedades e que são utilizados em diferentes estudos, como: ELIADE, Mircea. **O mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992; **Imagens e símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991; EVANS-PRITCHARD. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978; os vários estudos de MAUSS; BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva,

Seus argumentos, porém, tiveram pouca influência imediata sobre historiadores e contribuíram para estimular uma vertente da Antropologia que passou a se preocupar com a historicidade de determinadas situações e relações envolvendo índios, assumindo a denominação de **Antropologia Histórica**.

Na década de 80, a questão indígena encontrou respaldo na História do Brasil através dos trabalhos de John Manuel Monteiro (1995), Ronaldo Vainfas (1993) e Ronald Raminelli (1996). Eles examinaram documentos sobre o período colonial, situando os índios diante do colonizador e fazendo o exercício da decomposição das imagens dos índios e índias que figuram nos textos de missionários, administradores e viajantes deste período.

A grande lacuna continua sendo a historicização dos papéis de gênero nessas relações, ainda que esses autores tenham chamado a atenção para o papel das mulheres nativas enquanto vítimas da exploração sexual, além da mão-de-obra. A dificuldade consiste em tornar visíveis homens e mulheres pertencentes a povos indígenas, distinguindo características das diferenças sexuais e suas alterações no tempo.

As fontes para esses estudos, também inseridos no panorama da microhistória, poderiam compor-se de papéis oficiais que observam o cotidiano das sociedades coloniais nas quais é marcante a presença de índios e mestiços, ou em estudos sobre períodos mais recentes, somando-se aos relatórios de etnólogos e autoridades designadas para a catequese e administração dos territórios reservados aos índios, ou ainda relatórios médicos e policiais das regiões onde se concentrava e/ou se concentra esta população.

Os embates recentes em torno dos grandes projetos nacionais, ou da questão fundiária, trouxeram essas populações às páginas dos documentos oficiais, das preocupações de instituições religiosas e da imprensa, de diferentes maneiras. Foram documentados hábitos, tradições, além de táticas e estratégias nas quais se pode inferir diferentes papéis para homens e mulheres que também variam de nação para nação.

O conflito pela construção da hidrelétrica de Itaipu, entre os anos de 1975 e 1981, configurou-se como um momento histórico em que as questões políticas, econômicas e étnicas se confundiam na luta pela implantação de um projeto estatal que viria a se sobrepor aos projetos particulares de colonos imigrantes, descendentes de italianos, poloneses e alemães, e ainda sobre a proposta indígena dos Avá-Guarani, que têm uma comprovada permanência

1974; além das várias obras dos brasileiros Roberto DA MATTA, Silvio COELHO DOS SANTOS, Carlos Araújo MOREIRA NETO e Darcy RIBEIRO.

na região desde o período pré-colonial, conforme pesquisas arqueológicas (Rocha:1996).

A questão do gênero se impôs nas pesquisas a partir dos discursos dos envolvidos no processo de resistência e implantação do projeto. Assim, quando os advogados da Binacional afirmavam que as negociações ficavam particularmente difíceis quando as esposas dos colonos de origem alemã participavam das conversas que a princípio deveriam acontecer apenas entre o representante da hidrelétrica e o chefe da família, percebia-se que tal fato não era apenas um detalhe pitoresco.

Mais tarde, na pesquisa sobre as notícias veiculadas pelos meios de comunicação por ocasião dos protestos e fechamento das vias de acesso à usina e ao canteiro de obras, novamente as mulheres ganhavam espaço entre as colunas dos jornais, ao liderarem passeatas e procissões, ao cuidarem do acampamento e unirem-se aos seus familiares, inclusive promovendo uma espécie de rodízio de forma que as propriedades não ficassem abandonadas durante o movimento.

Por outro lado, a própria observação dos hábitos, durante as entrevistas com colonos e índios, indicavam posturas diferentes entre homens e mulheres e, inclusive, interpretações diferenciadas a respeito da desapropriação, indenização, do valor da casa e das propriedades, da justiça, do papel do Estado e na representação acerca dos outros grupos étnicos.

Dessa forma, a hierarquização entre os grupos étnicos da região apresentava-se de forma marcante, inclusive muito influenciada por discursos nacionalistas e eugênicos do início do século⁸ - período em que a maioria das famílias situam a chegada de seus ancestrais ao Brasil - segundo o qual os alemães seriam os mais trabalhadores e responsáveis, seguidos pelos italianos. Os poloneses teriam a fama de serem pouco dados ao trabalho, alcoólatras e sujeitos. Abaixo desses estariam os brasileiros e por último os índios, isto segundo os descendentes de alemães.

É claro que a hierarquia varia muito, conforme o narrador, mas o importante no resgate sobre essas interpretações raciais é que elas reforçavam o ideal de justiça, que os impelia à resistência e às reivindicações.

O etnocentrismo e o orgulho da raça estavam implicados no orgulho de serem trabalhadores melhores que os brasileiros, ou - no caso do Guarani - de serem os verdadeiros donos da terra -, e diferentes traços culturais foram reforçados entre os grupos por ocasião da luta, como a religiosidade e o uso da língua tradicional.

⁸ A persistência desses mitos sobre a identidade étnica dos imigrantes de origem européia que se fixaram no sul do país está nas obras dos autores: Santos, 1978; Willens, 1980; Wollf, 1991; Seyferth, 1994.

A masculinidade entrava aí como um forte elemento de incentivo à luta, posto que para esses colonos em geral, a virilidade está definitivamente ligada à capacidade de um homem de sustentar sua família e protegê-la das ameaças externas, daí que as palavras das esposas, no sentido de incentivá-los a resistir, tivessem grande poder sobre suas decisões.

Em relação à população indígena, era mais difícil falar com as mulheres Guarani, fato explicado por um líder da comunidade pelo receio que estas teriam de aparecer diante de estranhos devido às violências que teriam sofrido no passado. Com a ajuda de um intérprete do próprio grupo, foi coletado um depoimento feminino, que se apresentou diferente da fala dos homens pelo fato de não se referir ao governo brasileiro nem uma vez, mas de se lembrar de antigas roças, de epidemias e morte de crianças como elemento de transformação temporal.

As narrativas femininas, tanto quanto as masculinas, foram além da vitimização, pela perda de suas terras e desagregação das comunidades. Falavam de muito trabalho - e até mesmo as concepções de trabalho variavam - e de projetos frustrados ou bem sucedidos na adaptação do espaço ocupado na região do rio Paraná e nas expectativas de porvir após a construção da barragem, referindo-se a experiências coletivas e memórias de uso do espaço geográfico (Halbwachs: 1990; Certeau: 1982; 1994).

Todas as narrativas tinham o mesmo início: a auto-identificação enquanto grupo étnico, e a mesma explicação: pensavam de determinada maneira porque o povo ao qual pertenciam agia dessa maneira; igualmente, o Estado os definia através dos discursos das autoridades e funcionários como “aqueles alemães”, “esses índios” ou “os italianos”.

As situações de crise ou confronto, em geral, são as mais propícias para a emergência de características culturais que em períodos de estabilidade poderiam passar despercebidos até mesmo pelos elementos de um mesmo grupo social (Williams: 1986).

Nessas ocasiões, se improvisam táticas e estratégias de luta (Certeau: 1994), em que os papéis sexuais podem ser reforçados ou alterados, quase sempre são definidos comportamentos diferentes para homens e mulheres, uma estratégia empregada nas primeiras manifestações do Movimento dos Sem Terras, quando as mulheres eram colocadas à frente das passeatas de protesto e invasões.

Aliás, os movimentos de agricultores (MST, Movimento dos Atingidos por Barragens, pequenos agricultores, etc.) constituem um laboratório de excelência para os estudos de gênero e etnia, por se tratar de comunidades relativamente mais apegadas às tradições, não raramente unidas por laços étnicos e práticas culturais e por representarem segmentos nos quais

as mulheres têm um papel considerado como mais subalterno do que nos centros urbanos.

No final dos anos 70, as disputas de gênero começaram a ocupar as preocupações das lideranças desses movimentos, quando as mulheres ampliaram sua participação nos debates e na liderança das organizações e reivindicaram mudanças na divisão do trabalho doméstico. Por um breve momento, o risco de desestruturação familiar provocada pela **não-submissão** das mulheres parecia ameaçar o movimento. Após um primeiro momento de desestabilização, tais movimentos ampliaram o debate sobre gênero e família que alterou o *status* das mulheres em seus quadros e no interior das famílias integrantes das organizações.

A crise dos movimentos acima citados revelava um momento de questionamento dos padrões culturais para a divisão do trabalho e das responsabilidades por sexo, no qual elementos da cultura tradicional eram colocados em xeque, ao mesmo tempo em que eram considerados parâmetros para a nova situação.

Essa dinâmica da cultura que, diante de um confronto com um novo modelo, muitas vezes imposto, vai buscar no passado informações para a resistência e que, ao final, acaba produzindo uma nova resposta, mesclada de elementos do passado e dos apelos do momento, foi bem descrita em *Marxismo e Literatura* de Raymond Williams (1986), que denominou essa situação cultural como hegemônica (a que pressiona pela mudança), residual (a que busca dados no passado, na tradição) e emergente (a que resulta da tensão), que funcionam como um moto-contínuo nas estruturas sociais.

A definição de cada uma dessas situações dentro de uma circunstância concreta não ocorre sem alguma dificuldade, pois os três estágios estão freqüentemente imbricados. Portanto, quando se trata de adentrar os recônditos de um grupo social, tentando vasculhar seus porões e sótãos (onde estão as reservas), ou simplesmente de entrar no que se poderia chamar de cozinha (onde se misturam e processam os ingredientes), os obstáculos podem parecer intransponíveis.

A mesma dificuldade é encontrada no levantamento de dados na pesquisa sobre gênero em determinadas etnias, como o caso dos já citados Guaranis, ou dos grupos de origem árabe ou japonesa, onde se esbarra na própria posição que o sexo feminino ocupa dentro dessas sociedades, o que não significa necessariamente uma condição de inferioridade, mas uma definição de papéis condicionada às categorias de público e privado, na qual cabe às mulheres o âmbito do privado, sem excluir sua importância dentro da família e da sociedade.

Ocorre que, preservadas do contato direto com o externo, ou comprometidas com a guarda das regras e tabus do grupo, é mais difícil

encontrar-se documentos que se refiram a essas mulheres ou mesmo representantes desses grupos que se disponham a conceder depoimentos sobre suas vidas particulares ou mesmo sobre questões públicas.

Nesse caso, cabe ao pesquisador reconstruir o papel das mulheres através do silêncio a respeito delas, através das normas de casamento vigentes ou tradicionais, através dos contos e cantigas, dos objetos, das fotografias e de pequenos detalhes que isolados constituem apenas dados pitorescos, mas que inseridos num contexto podem se apresentar plenos de significados.

A transformação dos papéis e dos significados é que compõe a História, mas para decifrá-los e localizá-los muitas vezes necessita-se do precioso auxílio de outras áreas do conhecimento que poderão oferecer o suporte teórico para interpretações e análises.

Além disso, a História tem reconhecido o valor da produção literária e da iconografia para os estudos sobre a representação dos sexos e raças consideradas como fontes do subjetivo, que se juntam a dados objetivos como censos demográficos, listas de passageiros, inventários, testamentos e registros de instituições como escolas, cemitérios, delegacias de polícia e hospitais. Juntos, eles oferecem um quadro humanizado da população, podendo-se saber não apenas o que os registros oficiais diziam que eram, mas como eram representadas.

As resistências, dentro das Universidades, em relação a esse tipo de abordagem, ainda persistem naqueles que pretendem uma História purista nos métodos, nas fontes e nos objetos, que insistem na manutenção da linearidade e da exclusão, contrariando a realidade fora das academias, onde um público variado acolheu essa nova face da História como algo que diz respeito às suas próprias vidas e que lhes considera como personagens atuantes e importantes.

O engajamento dos estudiosos tem como efeito mais do que o compromisso com a sua sociedade, ele resulta na humanização das ciências e na democratização do saber, ampliando esse conceito de forma a contemplar o acesso ao saber desenvolvido pelos sábios e o respaldo do seu próprio saber atingindo o status de importante. Na História, a inclusão dos novos personagens provoca a humanização destes e, tão importante quanto, a humanização do historiador. Um resultado mais do que dialético, quando estamos caminhando para o milênio da robotização.

Referências bibliográficas

ALANIZ, Anna Gicele G. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895*. Campinas, Centro de Memória/Unicamp, 1997.

- BLANCO, Esmeralda B. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1941.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão: o negro na sociedade do Rio Grande do Sul*: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, Emilia Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 2 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- DEL PRIORI, Mary. *Ao sul do corpo*. São Paulo: José Olympio, 1993.
- DIAS, Maria Odila S. *Quotidiano e poder em São Paulo do início do século XX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIAS, Maria Odila S. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IANNI, Octávio. A racialização do mundo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, n.8, maio/1996.
- KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras - mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras - mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LEITE, Miriam Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro - século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- LEVI, Giovanni. Sobre a microhistória. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MATOS, Maria Izilda S. *Trama & Poder: trajetória e polêmica em torno da indústria de juta*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. (org.) *Gênero em debate - trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992;
- MOBY, Alberto. A mulher e a reconstrução do Paraguai. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 182, 1995. (suplemento)
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo, Companhia. das Letras, 1994.
- MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia, uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização - a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Edusp/ Fapesp/Jorge Zahar, 1996.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROCHA, Elaine P. *Canal de desvio - um estudo da experiência de agricultores e índios no confronto com a Itaipu Binacional*. São Paulo, 1995. (Dissertação de Mestrado/ PUC-SP)
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo século XIX*. São Paulo: Marco Zero/SECSP, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo: século XIX*. São Paulo: Marco Zero/SESC, 1989
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Os colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais - século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHWARCZ, Lília Moritz & Sousa Reis, Leticia Vidor (org.) *Negras Imagens - ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996.
- SEYFERTH, Giralda. *Identidade, etnia, assimilação e cidadania - a imigração alemã e o Estado brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.26, ano 9., out. 94.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos; trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STOLCKER, Verena. *Caféicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados - moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. São Paulo: Campus, 1989.
- WILLENS, Emilio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia. Editora Nacional/INLMEC, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da colônia de Blumenau - cotidiano e trabalho (1850-1900)*. São Paulo, 1991 (Dissertação de mestrado/ PUC/SP)